



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

28/03/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Paulo Guedes afirma não ter apego a cargo

Após ser questionado se deixaria o governo, caso a reforma da Previdência não for aprovada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta quarta-feira (27) não ter apego ao cargo. Sinalizou, entretanto, que não sairá do ministério na primeira derrota. Guedes ainda disse que não brigará para ficar no cargo. "Estou aqui para servi-los, se ninguém quiser o serviço, terá sido um prazer ter tentado. Não tenho apego ao cargo, mas não a terei irresponsabilidade de sair na primeira derrota", afirmou, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Mais uma vez, ele colocou sua permanência no ministério nas mãos do presidente Jair Bolsonaro. "Acredito em uma dinâmica virtuosa da democracia, não tenho dúvida de que poderes cumprirão seu papel. Se o presidente (Bolsonaro) apoiar coisas que acho que podem resolver o Brasil, estarei aqui. Se o presidente ou Poderes não assumirem, eu tenho vida fora daqui", completou o ministro. O ministro da Economia argumentou que a reforma da Previdência atinge a todos, citando militares, mulheres e trabalhadores do campo. "O Congresso é que decide (sobre idade mínima da mulher). Fizemos nossa proposta. É uma proposta forte em que todo mundo contribui", afirmou.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 28/03/2019

Governo não quer modificações na PEC da Previdência, diz secretário

Apesar de líderes que representam a maioria da Câmara terem se posicionado contra trechos da reforma da Previdência, o governo vai continuar defendendo que a proposta não sofra alterações no Congresso.

Questionado se a equipe econômica vai excluir do texto as mudanças no BPC (benefício pago a idosos carentes) e na aposentadoria rural para destravar o andamento da reforma, o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, afirmou nesta quarta-feira (27) que isso não será feito. "Não vamos retirar nenhum ponto. Nós vamos lá para a comissão especial [defender o projeto do governo]. Quem tem que retirar ponto, acrescentar ponto, modificar ponto é o Parlamento. É o Parlamento que tem essa prerrogativa."

Nesta terça (26), líderes de 13 partidos fizeram um ato público e anunciaram que vão retirar da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) os trechos que mudam as regras do BPC, da aposentadoria rural e os dispositivos que excluem da Constituição normas para as aposentadorias.

Para Marinho, os líderes estão exercendo a função parlamentar. O governo, segundo ele, vai continuar defendendo toda a PEC, mas não imaginava que o texto seria totalmente preservado no Congresso.

"Se nós vamos economizar menos em relação ao futuro, isso significa que o governo terá menor capacidade de investimento no que é demandando no conjunto da sociedade. Nós estamos falando de saúde, educação, infraestrutura, segurança pública", declarou o secretário.

As mudanças no BPC, por exemplo, representam uma redução de aproximadamente R\$ 30 bilhões em dez anos. A estimativa de economia com a PEC é da ordem de R\$ 1 trilhão.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 28/03/2019

Senado votará PEC do Orçamento na semana que vem

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse nesta quarta-feira (27) que a proposta de emenda à constituição que retira do governo poder sobre o Orçamento será votada na semana que vem.

Davi disse à **Folha** que houve um acordo entre os líderes e o texto passará primeiro na CCJ (comissão de Constituição de Justiça) na próxima quarta-feira (3) e na noite do mesmo dia, vai ao plenário.

O senador afirmou que a matéria terá seu apoio caso ela descentralize o Orçamento, já que, para ele, as emendas parlamentares, cujo pagamento se tornaria obrigatório, são os únicos recursos que chegam na ponta, resolvem os problemas do povo. "Naturalmente uma emenda constitucional que possa descentralizar recursos, que possa de fato atender na ponta os brasileiros que mais precisam de recursos, terá e tem o meu maior e irrestrito apoio", disse Alcolumbre. "Eu vou tratar com os líderes agora para a gente tentar dar a celeridade possível e adequada para uma matéria tão importante", completou. A PEC aprovada na Câmara nesta quarta-feira (26) torna o Orçamento mais engessado, pois classifica como obrigatório o pagamento de despesas que hoje podem ser adiadas, principalmente investimentos.

Em outras palavras, amplia o que se conhece como Orçamento impositivo para gastos com investimentos e emendas apresentadas por bancadas. Na avaliação de Alcolumbre, seria adequado que todo o Orçamento fosse impositivo pois haveria mais agilidade na liberação de recursos para obras que beneficiariam a população. A proposta foi colocada em votação após um acordo de líderes dos partidos da Câmara, incluindo o PSL, partido do presidente. O texto passou em votação relâmpago na Câmara, já em dois turnos, e agora será submetido ao crivo dos senadores. A equipe econômica já conta como certa a aprovação da PEC do Orçamento no Senado. A aprovação na Câmara se deu à revelia de uma ação do ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e da líder do governo no Congresso, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP). Na terça, eles passaram o dia em reunião com lideranças da Câmara para tentar apaziguar os ânimos na frágil relação entre o governo Bolsonaro e o Legislativo. A proposta foi colocada em votação após um acordo de líderes dos partidos da Câmara, incluindo o PSL, partido do presidente.

Leia mais: [Jornal Folha de S. Paulo – 28/03/2019](#)

INSS muda regras para prova de vida

Uma resolução publicada na última terça-feira (26), no Diário Oficial da União, muda as regras para prova de vida e renovação de senha de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social, o INSS. A partir de agora, os segurados do INSS com idade igual ou superior a 60 anos vão poder agendar para fazer a prova de vida em uma das agências do órgão. Essa opção, entretanto, não exclui a possibilidade de o beneficiário realizar o procedimento por meio da rede bancária. No caso de pessoas com dificuldade de locomoção, o agendamento da visita de um servidor para o procedimento deve ser feito perante apresentação de atestado médico ou declaração emitida pelo hospital em uma das agências, com agendamento prévio através da Central 135 e pelo Meu INSS. É importante lembrar que o procedimento para os demais segurados continua sem alterações, e deve ser feito através da rede bancária, dentro do período de 12 meses. O principal objetivo da prova de vida é dar mais segurança ao cidadão. Basta ir diretamente ao banco em que recebe o benefício, apresentar um documento de identificação com foto, que pode ser uma carteira de identidade, carteira de trabalho, carteira nacional de habilitação. Vale lembrar que algumas instituições financeiras já utilizam a tecnologia de biometria nos terminais de autoatendimento. Já os beneficiários que não puderem ir até as agências bancárias também podem realizar a comprovação de vida por meio de representante legal ou pelo procurador cadastrado no INSS ou na instituição financeira responsável pelo pagamento do benefício.

Fonte: [Jornal Diário do Litoral – 28/03/2019](#)